

ALIM, H. SAMY; RICKFORD, JOHN R.; BALL, ARETHA F. (ORGS.).
RACIOLINGUISTICS: HOW LANGUAGE SHAPES OUR IDEAS ABOUT RACE.
1 ED. OXFORD/NEW YORK: OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2016, 362 P.

RACIALIZANDO LÍNGUA OU LINGUIFICANDO RAÇA?

RACING LANGUAGE OR LANGUAGING RACE?

Fernanda de Oliveira Cerqueira*
Daniel da Silva Carvalho**

A compreensão de raça como construto social e político (GUERREIRO RAMOS, 1955; NOGUEIRA, 1955; NASCIMENTO, 1977; GONZALEZ, 1985; DAVIS, 2016), em ótica totalmente distinta daquela apresentada em viés eugenista (GOULD, 1991; POPPER, 2004), revela que “[...] a crítica ao conceito de raça vem se prestando historicamente, não para fundamentar a construção de uma sociedade efetivamente igualitária do ponto de vista racial, e sim para nublar a percepção social sobre as práticas racialmente discriminatórias presentes” (CARNEIRO, 2019 [2002], p. 144).

Na mesma direção, sob o prisma da linguagem, Olender (2012) aponta como a construção de ideais nacionalistas europeias do século XIX forjaram esse imaginário de unidade, com base na discussão sobre a genealogia do suposto povo original, através das “línguas do paraíso”. Assim, para Renan (1859), língua era “como um espelho da alma do povo que a fala” (OLENDER, 2012, p. 78). Nesse sentido, os povos considerados “exóticos”, que não tinham o “privilégio” de pertencer à providencial linhagem indo-europeia, seriam desprovidos de civilidade, de “espírito”, e, portanto, a ninguém deveria interessar a língua que falavam.

Deste modo, raça e língua, na Linguística, pelo menos desde há um século e meio, são elementos complementares para o entendimento de um povo e sua cultura, embora, tradicionalmente, se argumente em prol de uma falaciosa neutralidade racial. Tal correlação, notadamente presente no modelo histórico-comparativista da Filologia e da Linguística, é marcada pela influência da produção eugenista, por meio do darwinismo social (SACRAMENTO, 2020). Segundo Olender (2012, p. 81),

[a] pesar de sua polissemia, o termo ‘raça’ assegurou durante o século XIX, um enquadramento explicativo que assumiu um *status* de norma, oferecendo, aos olhos de uma grande quantidade de autores, um sistema hierárquico que permitia esclarecer um sentido possível de história passada e vindoura da humanidade.

Esse “sistema hierárquico” mencionado acima perdura até os dias de hoje, empregando valor marginal às particularidades de cada língua que não pertencente ao cordão de língua dos “escolhidos”, cujas normas linguísticas e sociais correspondem ao padrão hegemônico.

Em vista disso, a racialização das línguas atua, portanto, como instrumento de dominação no projeto colonial a fim de estabelecer hierarquias sociais (FANON, 1968; HALL, 2003), contribuindo para a consolidação de um padrão de hierarquização racial e sociocultural estabelecido a partir desse contexto histórico (MBEMBE, 2014). Para Hall (2003), o racismo incide como categoria discursiva em que se reverbera sistemas de poder socioeconômico, excludente e exploratório, ao passo que a linguagem é acionada na construção dessas hierarquias (BORGES; MELO, 2018).

Tendo em vista que toda forma de existência que rasura o padrão normativo imposto pelo empreendimento colonial, ressignificado nos moldes imperialistas, é racialização, sua materialização é observada na categorização de

* Doutora em Língua e Cultura, pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil. f.cerqueira@hotmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2515-9371>

** Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil. danielcarvalho@ufba.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9776-6963>

sujeitos como *negros, latinos, asiáticos*. Com efeito, a fala de descendentes desses grupos, de migrantes negros norte-americanos¹ ou de sul-americanos, caribenhos, asiáticos, africanos, indianos e muitas outras nacionalidades que constituem as diferentes comunidades de fala e de práticas linguísticas, em países euramericanos ou eurocentrados, são geralmente tratadas como a linguagem do estrangeiro, do exótico, do marginal, do “outro que não eu”, culminando na “construção do outro como não-ser como fundamento do ser” (CARNEIRO, 2005, p. 1).

O peso dessa racialização foi sentida por todo o mundo, por meio de séculos de escravização e subalternização de populações não brancas (ALBUQUERQUE, 2004), dado a autodefinição da branquitude como referência universal de humanidade (GUERREIRO RAMOS, 1955; BENTO, 2002), culminando, inclusive, no nazismo, como uma crise na empreitada racial por um modelo de branquitude ideal/ariana (ALCOFF, 2015).

Como consequência, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, em 1950, publicou o documento conhecido como *Declaração das Raças*, que afirmava “[...] que não havia evidências que corroborassem a teoria segundo a qual as diferenças genéticas hereditárias constituíam um fator de importância primordial entre as causas das diferenças entre as culturas” (BESERRA; LAVERGNE, 2018, p. 21). Entretanto, esse esforço logrou resultados insipientes no combate ao racismo, já sistematizado em todo o mundo ocidental, haja vista que tal sistema de discriminação sempre foi orientado fenotipicamente e não geneticamente.

Segundo Cunha (2009, p. 13), compreender como estereótipo de inferioridade natural, promovido pela prática eugênica, em torno de grupos étnico-raciais não brancos, “[...] pode sustentar a recriação que hierarquias sociais constitui, sem dúvida, a melhor maneira de armar-se para enfrentar suas funestas consequências”. Portanto, é essencial dedicarmos-nos ao enfrentamento do racismo, com base em seu entendimento histórico, a partir da sua compreensão enquanto elemento estruturante de sociedades ocidentais, dada a sua atuação contínua nos campos da economia, do direito, da ideologia e da política (ALMEIDA, 2018).

Logo, a língua é um sistema heterogêneo cujas variações informam marcações sociais e identitárias, por meio da qual se materializa o discurso, atravessado pela relação entre sujeitos e sentidos, afetados pela história e por essa língua (ORLANDI, 1988). Não por acaso, o discurso é uma das vias mais poderosas de manutenção do racismo, conforme apontam Hall (2003), Ferreira (2014), Borges e Melo (2018), dentre outros.

Raça vem sendo acionada como variável significativa nos estudos linguísticos em diversas áreas, como na Sociolinguística, Análise do Discurso, Pragmática, entre outras (LABOV, 1966, 1972; GUMPERZ, 1982; SMITHERMAN, 1996; BAUGH, 2000; HALL, 2003; FERREIRA, 2008, 2012, 2014). É a partir desse fundo que H. Samy Alim, John R. Rickford e Aretha F. Ball, todos pesquisadores da Universidade Stanford, nos Estados Unidos, apresentam o volume intitulado *Raciolinguistics: how language shapes our ideas about race*. O objetivo da coleção de artigos, nas palavras de Alim (2016, p. 3, tradução nossa²), foi, para além de cunharem uma nova área de investigação linguística, “[...] perguntar e responder questões críticas sobre as relações entre língua, raça e poder através de diferentes contextos e sociedades etnoraciais”.

O volume, publicado pela prestigiada Oxford University Press, consiste de uma introdução e dezoito capítulos, distribuídos em três partes: Parte I – *Languageing Race* (Linguificando raça), contendo sete capítulos que teorizam raça através das lentes da língua em algumas comunidades das Américas, da Ásia e da África; Parte II – *Racing Language* (Racializando língua), com cinco capítulos discutindo o papel da linguagem na identificação de problemas étnico-raciais³; e Parte III – *Language, Race, and Education in changing communities* (Língua, raça e educação na mudança de comunidades), formado por seis capítulos sobre a construção de comunidades de prática no contexto língua-raça-educação; e, por fim, um índice remissivo.

A Introdução, cujo título é *Introducing Raciolinguistics: Racing language and languageing race in hyperracial times* (Introduzindo Raciolinguística: racializando língua e linguificando raça em tempos hiperraciais), é de autoria de H. Samy Alim e apresenta, segundo o linguista, os prolegômenos de uma nova área de investigação linguística. Assim,

1. Embora os autores utilizem o termo “norte-americano”, preferimos o uso de *negros norte-americanos* e *negros sul-americanos*, por concordar com a crítica apontada por Gonzalez (1988), na qual a autora aponta duas problemáticas no item lexical em questão, a saber: a. só existem negros, fora da África, na América do norte e/ou EUA; e b. autoproclamação imperialista dos EUA como “a América” ou única América.
2. Do original: “[...] to ask and answer critical questions about the relations between language, race, and power across diverse ethnoracial context and societies” (BESERRA; LAVERGNE, 2018, p. 21).
3. Embora os autores adotem a terminologia “etnoracial”, assumimos aqui com Fanon (1966), Souza (1983), Hall (2003) e Albuquerque (2004) que o tráfico negreiro, bem como os terrores da escravização de povos africanos, provocou apagamentos das origens étnicas das populações negras em diáspora. Por essa razão, utilizamos étnico-racial em lugar de etnoracial, uma vez que a racialização como construto social não assegura, lamentavelmente, rememoração étnica.

ele inicia o capítulo tecendo considerações acerca da observação de um monitoramento, a partir do ano de 2008, dos discursos do então recém-eleito primeiro presidente negro dos Estados Unidos, Barack Obama. Para ele, esse evento teria motivado a fundação de uma disciplina exclusivamente voltada para os estudos das intrincadas relações entre língua, raça e suas interseções sócio-políticas, as quais estão imbricadas na empreitada. Assim, o autor traça oito metas em busca de estabelecer a Raciolinguística como área de investigação, a saber:

1. Articular um comprometimento em analisar língua e raça em conjunto e empregar os diversos métodos que a linguística contemporânea oferece para tal;
2. Destacar pesquisas que contribuam para o entendimento de como as identidades étnico-raciais são estilizadas, performadas e construídas nos pormenores da língua;
3. Integrar os campos teóricos sobre estilo, percepção e performance e observar seu papel nos processos de racialização;
4. Assumir abordagens interseccionais⁴ para o entendimento de raça como resultado em conjunto com classe, gênero, sexualidade, religião, dentre outros eixos de diferenciação social;
5. Fazer observações comparativas entre diferentes contextos étnico-raciais e linguísticos, a fim de entender melhor o papel da língua na manutenção e provocação como um sistema de opressão capitalista global;
6. Enfatizar as construções linguísticas e discursivas de raça e etnicidade ao mesmo tempo em que se observa sua resistência enquanto realidades sociais para minorias raciais e sociais;
7. Considerar as complexidades da racialização dentro dos saltos demográficos e avanços tecnológicos do século XXI;
8. Considerar as implicações da pesquisa na transformação social e desenvolver estratégias antirracistas com impacto em discursos públicos sobre língua, raça e educação.

(adaptado de ALIM, 2016, p. 6)

Alim apresenta os artigos constituintes do volume e finaliza sua introdução com uma reflexão sobre uma agenda de trabalho da Raciolinguística a qual é definida como “A Nova América”, com implicações interdisciplinares dos estudos apresentados.

A Parte I é iniciada pelo capítulo *Who's afraid of the transracial subjects? Raciolinguistics and the political project of transracialization* (Quem tem medo dos sujeitos transraciais? Raciolinguística e o projeto político de transracialização), também assinado por H. Samy Alim. No texto, Alim teoriza sobre *transracialização*, entendida e conceitualizada como um projeto político de subversão política transracial. O autor realiza suas conjecturas através de uma análise etnográfica das viradas estilísticas do discurso do ex-presidente Barack Obama e de suas práticas linguísticas circunscritas racialmente, portanto, de interesse da Raciolinguística.

O segundo capítulo da primeira parte é intitulado *From upstanding citizen to North American rapper and back again: the racial malleability of poor male Brazilian Youth* (Do cidadão de bem ao rapper norte-americano, e vice-versa: maleabilidade racial da juventude pobre brasileira masculina), de Jennifer Roth-Gordon, da Universidade do Arizona, Estados Unidos. O artigo apresenta os resultados da pesquisa etnográfica da autora, considerando, nas práticas cotidianas de *rappers* brasileiros nas favelas do Rio de Janeiro, o que define como *maleabilidade racial* dos jovens negros (pretos e pardos) pobres do sexo masculino, um conceito extraído das teorias eugênicas, embora aplicado a práticas linguísticas. Nesses termos, a identificação racial (ROTH-GORDON, 2007) não seria estritamente visual, mas também fruto de aspectos construídos a partir de como você “soa”, se apresenta (regime sensorial), confirmando constatações já feitas, no campo da Antropologia, por Guerreiro Ramos (1955), Nogueira (1955), Nascimento (1977) e Munanga (2004) e da Psicologia, por Souza (1983), Bento (2002a, 2002b) e Bicudo (2010). A autora chama atenção para a forma como os acadêmicos e demais falantes devem desnaturalizar a língua, por meio de práticas Raciolinguísticas fluidas.

O capítulo três, de Jonathan Rosa, da Universidade Stanford, tem como título *From mock Spanish to inverted Spanglish: language ideologies and de racialization of Mexican and Puerto Rican youth in the United States* (Do falso espanhol ao espanhol invertido: ideologias de língua e desracialização da juventude mexicana e porto-riquenha nos Estados

4. Cabe destacar que a interseccionalidade é proposta como ferramenta teórico-metodológica pelo Feminismo Negro (CRENSHAW, 1991, 2002, 2019; OYEWÚMI, 2000; GELEDES, 2017; AKOTIRENE SANTOS, 2018).

Unidos). O autor discute uso, ideologia e formas linguísticas como uma intrincada rede no uso do “espanhês” como consequência da racialização linguística, cujas fronteiras estão em constante tensão.

O quarto capítulo, *The meaning of ching-chong: language, racism, and response in new media* (O significado de *ching-chong*: língua, racismo e resposta nas novas mídias), de Elaine W. Chun, Universidade da Carolina do Sul, Estados Unidos, discute o discurso público de expressões racializantes como *ching-chong*, que rasuram a fronteira do “falar oriental” e do inglês, na direção do que é apontado por Kubota (2002, 2014). A análise da autora estabelece o espaço das significações raciais no discurso público através dos eixos determinista, lexicalista, potencialista e contextualista.

O texto seguinte, de Adrienne Lo, intitulado “*Suddenly faced with a Chinese village*”: *the linguistic racialization of Asian Americans* (“De repente dei de cara com uma vila chinesa”: a racialização linguística dos ázio-americanos), a autora discute a violenta estereotipificação de segmentos sociais minoritários por meio de discursos racializantes produzidos por sujeitos brancos estadunidenses nos subúrbios californianos, os quais corroboram com a naturalização do imaginário estereotipado dessa minoria.

O sexto capítulo da primeira parte, *Ethnicity and extreme locality in South Africa’s multilingual hip hop Ciphaz* (Etnicidade e localidade extrema nos *ciphaz* de *hip-hop* multilinguísticos sul-africanos) é de autoria de Quentin E. Williams, da Universidade de Cabo Oeste, República da África do Sul. Nesse capítulo, ela oferece uma descrição etnográfica de raça baseada no multilinguismo, em duelos de improvisação verbal, em “batalhas” de MCs, nas favelas da Cidade do Cabo. Diante das suas relações de identidade coletiva e pertencimento. As performances desses jovens configuram uma variedade local de hip-hop, por meio do uso de uma modalidade linguística local, resultando no uso criativo e estratégico de fontes associadas ao inglês, *africaans* e *sabela*, conforme já verificado por Souza (2009, 2011) e Cerqueira (2016, 2020), no Brasil.

O último capítulo da Parte I do volume é intitulado *Norteño and Sureño gangs, hip hop, and ethnicity on YouTube* (Gangues norteñas e sureñas, hip-hop e etnicidade no YouTube), de autoria de Norma Mendonza-Denton, Universidade da Califórnia em Los Angeles, Estados Unidos. Nesse trabalho, a autora faz uma análise do localismo e das políticas territoriais na constituição identitárias em variedades linguísticas subalternizadas da Califórnia, a partir do movimento afrodiaspórico do *hip-hop*, em esfera global, em dois grupos de identidades chicanas/mexicanas, na construção e na percepção de sua(s) latinidade(s).

A Parte II tem início com o oitavo capítulo do volume, com o título *Toward heterogeneity: a Sociolinguistic perspective on the classification of black people in the twenty-first century* (Em direção da heterogeneidade: uma perspectiva sociolinguística sobre a classificação de pessoas negras no século XXI). A autora, Renée Blake, da Universidade de Nova Iorque, apresenta uma visão crítica do fazer sociolinguístico, defendendo uma ampliação das categorias sociais que orientam o conceito de raça, conformando a heterogeneidade das populações negras e abarcando sutilezas de elementos linguísticos associados à raça.

O capítulo nove, de Sarah Bunin Benor, do Hebrew Union College do Instituto Judaico de Religião, nos Estados Unidos, tem como título *Jews of Color: performing jewishness through the creative use of two ethnolinguistic repertoires* (Judeus de cor: performando o judaísmo através do uso criativo de dois repertórios etnolinguísticos). Nele, a autora discute o conceito de etnoleto por meio da análise da realização linguística (performações), argumentando em favor da existência de *pools* distintos de recursos linguísticos associados à comunidade judaica e à comunidade negra norte-americana. No entanto, ambos são usados hibridamente a depender das práticas de aproximação ou distanciamento do indivíduo a grupos sociais distintos.

O décimo capítulo, de Roey Gafer, da Universidade Bem-Gurion do Negev, em Israel, tem o título *Pharyngeal beauty and deparyngealized geek: performing ethnicity on Israeli reality TV* (Beleza faríngea e *geek* desfaríngealizado: performando etnicidade em reality shows na TV israelense). No texto em questão, o autor analisa dois fenômenos que envolvem fonemas faríngeos no hebraico, a partir de programas de TV chamados *reality shows*, os quais são geralmente associados ao falar Mizrahi, apesar de ser evitado pelos sujeitos falantes. Nesse cenário, o autor questiona certos aspectos da tradição sociolinguística laboviana e adota o modelo dos campos lexicais de Eckert (2008) em sua análise.

O décimo primeiro capítulo, *Stance as a window into the language-race connection: evidence from African American and White speakers in Washington, DC* (Posição como uma janela na conexão língua-raça: evidências de falantes negros norte-americanos e brancos em Washington, DC), é de autoria de Robert J. Podesva, da Universidade Stanford. A partir de uma análise fonética da fala de sujeitos negros e brancos norte-americanos, do sexo masculino, o autor ilustra como alguns traços linguísticos mínimos (apagamento de fonemas finais ou o uso de falsete, por exemplo) e atos discursivos podem ser acionados na tomada de posição sobre raça e questões de caráter racial, como gentrificação.

O derradeiro capítulo da segunda parte do volume tem o título *Changing ethnicity: the evolving speech styles of Punjabi Londoners* (Mudando etnicidades: evoluindo os estilos de fala dos punjabis londrinos). Sua autora, Devyani Sharma, da Queen Mary, Universidade de Londres, no Reino Unido, faz uma análise de como a variação dos usos e significados de traços étnicos de fala de londrinos de origem *punjabi* deve ser compreendida através do seu cruzamento com outras classes sociais, tais como gênero e classe.

A terceira e última parte do volume é iniciada com o capítulo intitulado *"It was a black city": African American language in California's changing urban schools and communities* ("Era uma cidade preta": a língua afro-americana em escolas e comunidades urbanas em mudança na Califórnia), de Django Paris, Universidade de Washington, Estados Unidos. O autor questiona as atuais práticas pedagógicas monolíngues e monoculturais em favor de uma *pedagogia de sustentação cultural*⁵, fundamentada em práticas linguísticas multidirecionais em contextos de mudança da paisagem linguístico-cultural.

O décimo quarto capítulo, *Zapotec, Mixtec, and Purepecha youth: multilingualism and the marginalization of indigenous immigrants in the United States* (A juventude zapoteca, mixteca e purepecha: multilinguismo e a marginalização dos imigrantes indígenas nos Estados Unidos), foi escrito a seis mãos por William Perez, da Universidade de Pós-Graduação de Claremont, Estados Unidos, Rafael Vasquez, da Universidade Autônoma Benito Juárez de Oxaca, México, e Raymond Buriel, da Pomona College de Claremont. Os autores discutem a invisibilidade (ou inaudibilidade) de sujeitos racializados em suas práticas linguísticas nas comunidades a que pertencem, apontando o complexo *codeswitching* e tradução em comunidades trilingues entre jovens imigrantes indígenas mexicanos.

O décimo quinto capítulo, da linguista estadunidense Mary Bucholtz, da Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, Estados Unidos, tem o título *On being called out of one's name: indexical bleaching as a technique of deracialization* (Sobre ser chamado pelo próprio nome: apagamento indexical como uma técnica de desracialização). A autora analisa o *bleaching* indexical, ou seja, o processo pelo qual uma forma indexical perde parte do seu significado social na remoção do significado etnoracial contextualmente marcado. No trabalho, esse mecanismo é verificado pela autora na produção de jovens estudantes, no qual se constatou mutilação simbólica de alterações do nome do indivíduo.

O décimo sexto capítulo, *Multiculturalism and its discontents: essentializing ethnic Moroccan and Roma identities in classroom discourse in Spain* (Multiculturalismo e seus descontentamentos: essencializando as identidades étnicas marroquinas e ciganas no discurso em sala de aula na Espanha), é de Inmaculada M. García-Sanches, da Universidade Temple, Estados Unidos. Nesse capítulo, discute-se o envolvimento dos professores na reprodução "monolítica, artificial, ainda autoritária", nos termos da autora, de versões de "autenticidade" para estudantes migrantes de comunidades minoritárias, mesmo em contextos ditos inclusivos e multiculturais.

O penúltimo capítulo do volume, *The voicing of Asian American figures: Korean linguist styles at an Asia American cram school* (A voz de figuras asiático-americanas: estilos linguísticos coreanos em um cursinho asiático) é de autoria de Angela Reyes, da Universidade da Cidade de Nova Iorque, Estados Unidos. A autora rediscute o conceito bakhtiniano de *vozeamento*, apropriação das vozes que polemizam o texto, no tratamento de demonstrações tratadas como "erros" de pronúncia, mas que configuram a reprodução de ideologias racistas contra sujeitos asiáticos.

Por fim, o capítulo dezoito, *"Socials," "Poch@s," "Normals" y los demás: school networks and linguistic capital of high school students on the Tijuana-San Diego border* ("Socials", "Poch@s", "Normals" y los demás: redes escolares e capital linguístico de alunos do ensino médio na fronteira Tijuana-San Diego) é de autoria de Ana Celia Zentella, da Universidade da Califórnia em San Diego. Em seu estudo sócio-etnolinguístico das práticas linguísticas de jovens, que vivem na região de fronteira entre México e Estados Unidos, a autora demonstra a riqueza da diversidade e da habilidade multilinguísticas, normalmente, desapercebidas ou ignoradas e, na maioria das vezes, estigmatizadas quando percebidas.

DISCUSSÃO

O balanço inicial do volume *Raciolinguistics: how language shapes our ideas about race* é bastante positivo. O livro apresenta o resultado de reflexões e observações de pesquisadores renomados e alguns jovens promissores, que,

5. Em conformidade com a realidade pedagógica brasileira, após a implantação da Lei nº 10.639/03, a qual exige o ensino de culturas africanas na educação básica, Silva (2013) e Petit (2015, 2016) propõem a constituição de uma base teórico-metodológica de matriz africana: a *Pretagogia*.

em boa proporção, discutem questões de raça e linguagem tanto do lugar de fala⁶ como corpos minoritários, subatnizados pela hierarquia racial, quanto pelo lugar de fala de branquitude, privilegiada por essa mesma estrutura. Há uma expressiva experiência com a temática por parte dos autores, ainda que muito dessa discussão esteja predominantemente centrada à realidade e à produção intelectual norte-americana.

Sendo assim, os trabalhos compilados em *Raciolinguistics* não são direcionados a um público específico, seja acadêmico, estudantil, aos movimentos sociais ou a população em geral, podendo ter seu conteúdo acessado por público diverso. Contudo, não perde caráter investigativo, uma vez que conjuga discussões de alta relevância para os estudiosos da Linguística, mais precisamente àqueles estudiosos das relações entre raça e linguagem. Tais trabalhos versam sobre todos os níveis da língua: de aspectos fonético-fonológicos, como os trabalhos de Gafter e Podesva, até questões pragmáticas, discursivas e educacionais, como os de Bulchotz, Reyes e Zentella.

A diversidade de fenômenos e de temas relacionados às práticas linguísticas racializadas é fascinante, o que demonstra a riqueza dessa agenda de trabalho. Estilo, indexicalização, indeterminação semântica, implicatura, percepção e tomada de posição são alguns dos fatores linguísticos sensíveis aos entrelaçamentos sociais que envolvem muitas nuances em torno de raça, inclusive percepções e materialidade no âmbito da linguagem. Sob esse prisma, a obra atinge um patamar político, já previsto com a assunção da temática que visa denunciar sistemas de opressão, mas é inovadora por fazê-lo, simultaneamente, em diferentes esferas da Linguística.

É possível advogar em função de que tal produção dialoga com a Teoria Racial Crítica (LADSON-BILLINGS, TATE, 1995), à medida que “estabelece raça como ponto de partida para a análise na pesquisa [...], e, com isso, não quer dizer que esteja desconsiderando as questões de gênero e de classe, mas que elas estão entremeadas [...]” (FERREIRA, 2014, p. 241), afinal, raça é acionada como ponto central de investigação acerca de fenômenos da língua, na língua e pela língua.

A coletânea pode funcionar como um chamariz para o campo de pesquisa interdisciplinar cunhado por H. Samy Alim e seus colegas autores, em grande maioria oriundos de instituições de ensino superior estadunidenses. O desenvolvimento do projeto, encabeçado por professores/pesquisadores da Universidade estadunidense Stanford, conseguiu congrega “estrangeiros”, de instituições além das fronteiras desse país, como o Canadá, a África do Sul, Reino Unido, Israel e México, possibilitando diferentes visões sobre fenômenos de linguagem e raça.

Alguns capítulos, entretanto, poderiam se beneficiar com um maior desenvolvimento das ideias apresentadas, como é o caso do trabalho de Alim, no capítulo 1. Além disso, a qualidade das imagens incluídas no volume é baixa e, em alguns casos, dificultam sua apreciação⁷.

No capítulo introdutório, Alim, faz algumas afirmações ambiciosas, uma vez que reclama um lugar fundacional ao afirmar que a obra “[...] busca tanto cristalizar a perspectiva [Raciolinguística], com base nas obras seminais mencionadas acima, quanto teorizar novos caminhos a seguir” (ALIM, 2016, p. 5, tradução nossa⁸).

Todavia, fundação, em termos de formulação teórica, é um lugar de destaque que põe o proponente em lugar de proeminência, ao passo que, a fundação do próprio autor, no sentido alicerçal, é comprometida, pois a discussão ainda incide sobre um sistema de referência de mundo ocidental centrado no Hemisfério Norte. Assim, ainda que o termo seja inédito, os interesses dessa agenda de trabalho remetem a produções já realizadas por diversos pesquisadores de todas as partes do mundo.

Consequentemente, outros vieses, cuja importância é incontestável, tais como a África do Sul e o Brasil, por exemplo, são tratados de forma alegórica na proposição. Sem a devida contextualização de suas particularidades sócio-históricas e geopolíticas, no que tange tanto à concepção de raça, quanto à racialização de corpos, estabelecida na colonização desses Estados/nação, o debate proposto tem sua complexidade atenuada.

Além disso, em termos de enquadramento teórico, os trabalhos apresentados no volume podem ser identificados como pertencentes a uma Sociolinguística de terceira onda (ECKERT, 2000, 2005, 2006; ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2009); e, em alguns momentos, também de Linguística Aplicada, sendo o elemento raça identificado como regulador de articulação identitária e, por sua vez, do agenciamento social para concepção de comunidades de práticas orientadas por ele.

6. É importante informar que “lugar de fala” não é acionado aqui como turno de fala (BENVENISTE, 1966) ou legitimidade discursiva/identitária (BHABHA, 1998), mas como locus social, conforme proposto por Ribeiro (2017), a partir de Collins (2000).

7. A presente resenha foi feita a partir da leitura de uma cópia impressa original de capa dura.

8. Do original: “[...] seeks both to crystalize [the raciolinguistic] perspective by building upon the aforementioned seminal works and to theorize new ways forward” (ALIM, 2016, p. 5).

À vista disso, entendemos que, sob o prisma positivista, o qual orienta as concepções de ciência e de teoria, na Linguística geral, a Raciolinguística se trata de uma frente de investigação possível na terceira onda da Sociolinguística. Contudo, em acordo com epistemologias científicas mais contemporâneas (FOUCAULT, 1979; SANTOS, 1995), o empreendimento teórico apresentado pelos autores possui caráter emancipatório (HOOKS, 2008; BERTH, 2018), uma vez que permite o deslocamento da racialização de corpos da condição de variável extralinguística (LABOV, 1966) à condição de fenômeno social (GONZALEZ, 1983, 1988; SMITHERMAN, 1996).

Portanto, o volume cunha um termo Raciolinguística, mas não funda *ipsis litteris* uma área, pois reúne, na obra em questão, trabalhos que discutem temas já debatido em diversos países sem o merecido destaque internacional, devido ao descrédito intelectual dado a sujeitos negros sul-americanos. Outro elemento de invisibilização dessas produções intelectuais é o alcance de suas línguas, haja vista que, no projeto imperialista em curso, o inglês se impõe, em suas variedades norte-americana e britânica, como língua franca.

É o caso do Brasil, cujos trabalhos sobre a linguificação da raça e a racialização da língua vem sendo desenvolvidos, pelo menos, desde o final dos anos de 1970 com os debates encetados pela antropóloga Lélia Gonzalez, por meio da concepção da América Latina como categoria política cultural, marcada pela presença de populações africanas e indígenas. Esse fenômeno sócio-histórico e cultural é intitulado, por Gonzalez (1988), como *amefricanidade*, sendo uma de suas evidências o *pretuguês*, modalidade linguística de português falada no Brasil, em função da ação das línguas africanas na variedade de português falada no Brasil pelas camadas populares e, não por acaso, majoritariamente, negra (GONZALEZ, 1983).

Tais reflexões contribuem para uma importante interseção entre língua e raça, fundamental na discussão raciinguística, indispensável, sobretudo, para Estados/nações cunhados com base na escravização de sujeitos não brancos, ao passo que seus corpos serviram de “capital” para investimento no projeto de colonial, como base de poder político e social.

Nesse sentido, autoras e autores como Gonzalez (1979a, 1979b, 1979c, 1983, 1988), Souza (2009, 2011), Muniz (2009), Ferreira (2008, 2012, 2014), Cerqueira (2016, 2020, 2021), Souza e Muniz (2017), Modesto (2018a, 2018b), Nascimento (2019, 2020), Melo e Paula (2019), Souza Neto (2020), Modesto e Fontana (2020) e Gabatelli e Souza Neto (2020), para citar apenas alguns poucos, mostram a proliferação dos estudos inter e transdisciplinares das relações entre língua e raça com os demais sistemas de opressão do país e do mundo ocidental. Além disso, essa perspectiva corrobora com Letramento racial crítico, uma vez que mobiliza identidades negras e brancas a refletir sobre raça e racismo através da linguagem (FERREIRA, 2014).

Como apontado por Guerreiro Ramos (1955), mencionado no início da presente resenha, a concepção de raça é definida geopoliticamente, de modo que se faz necessária sua contextualização sócio-histórica e cultural. Portanto, aos interessados no debate decalcado no livro, sugerimos aos leitores atenção às nuances presentes nos conceitos de termo *raça* e *racialização* (feito em alguns momentos do livro, refletindo quase categoricamente, suas configurações nos EUA), como aventada por Albuquerque (2009, p. 35) em menção à proposta de Fields (2001), “por exprimir um discurso sempre em construção e à mercê das circunstâncias de cada tempo e lugar”.

Logo, o reconhecimento de um localismo em uma tentativa de globalismo da pressuposta fundação da Raciolinguística, como disciplina, conforme apontada no volume, não remove, nem diminui sua importância. Essa constatação deve servir, no entanto, como alerta para o contínuo apagamento, mesmo involuntário, de espaços de construção de conhecimentos e diálogos epistêmicos fora do eixo euro-norte-americano. Deste modo, nos aproximamos da discussão apresentada por Sueli Carneiro, em sua tese, na qual a autora constata que

[...] o dispositivo de racialidade vem se constituindo historicamente em elemento estruturador das relações raciais no Brasil [e no mundo] e que, dentre os componentes do dispositivo de racialidade que ele articula, o epistemicídio tem se constituído no instrumento operacional para a consolidação das hierarquias raciais por ele produzidas, para as quais a educação tem dado contribuição inestimável (CARNEIRO, 2005, p. 33).

Isto é, o epistemicídio, configurado por meio da associação dos dispositivos de biopoder (FOUCAULT, 1979) à racialidade, designa, através da invalidação/invisibilização, mesmo que inconsciente, uma epistemologia como subalternizada. Com efeito, há configuração de relevância dada às produções intelectuais do norte e do sul, em esfera global, e de norte/nordeste e sul/sudeste, em esfera nacional.

Reconhecemos, entretanto, que a discussão da racialização de língua apresentada nos textos que compõem o volume é bastante ampla e traz à tona corpos diversos, mas que, a nosso ver, devem ser discutidos em contextos de

construção de conhecimentos também diversos, considerando suas especificidades, especialmente, no que concerne à raça.

Em suma, o livro é um passo importante e uma contribuição muito valiosa para o desenvolvimento do estudo das relações entre construções raciais e racialização, etnicidade e língua, podendo suscitar em seus leitores o interesse na ampliação das possibilidades de debate sobre o tema em um mundo extremamente racista como o que vivemos.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENTE SANTOS, Carla Adriana da Silva. (2018). *O que é interseccionalidade?* Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Editora Letramento.
- ALMEIDA, Silvio. (2018). *O que é racismo estrutural?* Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Editora Letramento.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra. (2004). *A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania brasileira (Bábia, 1880 - 1900)*. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado de Campinas, Campinas.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra. (2009). *O jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ALCOFF, Linda. (2015). *The future of whiteness*. Cambridge: Polity Press.
- ALIM, H. Samy. Introducing Raciolinguistics: Racing language and languaging race in hyperracial times. In: Alim, H. Samy; Rickford, John R.; Ball, Aretha F. (orgs.), *Raciolinguistics*. How language shapes our ideas about race. Oxford/New York: Oxford University Press, 2016, p. 1-30.
- BAUGH, John. (2000). *Beyond Ebonics: Linguistic Pride and Racial Prejudice*. Oxford: Oxford University Press.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. (2002a). *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese de Doutorado em Psicologia. Instituto de Psicologia, USP, São Paulo.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. (2002b). Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: Carone, Iray; Bento, Maria Aparecida Silva (orgs.), *Psicologia social do racismo*. Petrópolis/RJ: Vozes, p. 25-58.
- BENVENISTE, Émile. (1966). A natureza dos pronomes. In: Benveniste, Émile. *Problemas de Linguística Geral*. São Paulo: Nacional, p. 277-283, 1975.
- BERTH, Joice. (2018). *O que é empoderamento?* Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Editora Letramento.
- BESERRA, Bernadete de L. R.; LAVERGNE, Rémi Fernand. (2018). *Racismo e educação no Brasil*. Recife: UFPE.
- BICUDO, Virgínia L. (2010). *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo: Sociologia e Política.
- BHABHA, Homi K. (1998). *Interrogando a identidade*. Tradução de Mariana Lustosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- BORGES, Roberto Carlos da Silva; MELO, Glenda Cristina Valim de. (2019). Quando a raça e o gênero estão em questão: embates discursivos em rede social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 1-12.
- CARNEIRO, Sueli. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado em Educação, USP, São Paulo.
- CARNEIRO, Sueli. (2002). Ideologia tortuosa. In: Carneiro, Sueli (Org.). *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen Livros, p. 143-149, 2019.
- CERQUEIRA, Fernanda de Oliveira. (2016). Os Mano, Os Cara, Os Homi: Concordância, Identidade e Consciência Racial. In: Lopes, N. S.; Parcero, L. M. J.; Carvalho, C. S. (orgs.). *Anais do VI Encontro de Sociolinguística: Estudos sobre a relação entre língua e sociedade*. Salvador: PPGEL, p. 82-93.

- CERQUEIRA, Fernanda de Oliveira. (2020). O pretuguês como comunidade de prática: concordância e identidade racial. *Traços de Linguagem*, v. 4, n. 1, p.75-88.
- CERQUEIRA, Fernanda de Oliveira. (2021). Lélia Gonzalez e o pretuguês: do racismo e sexismo ao epistemicídio. In: Carvalho, Daniel; Lima, Pedro Eduardo. (orgs.). *Linguagem, gênero e sexualidade*. Salvador: Edufba, no prelo.
- CRENSHAW, Kimberlé. (1991). Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and the violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241–1299.
- CRENSHAW, Kimberlé. (2002). Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativa a Gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188.
- CRENSHAW, Kimberlé. (2015). *Porque é que a interseccionalidade não pode esperar*. Tradução de Santiago D’Almeida Ferreira. Disponível em: <https://apidentidade.wordpress.com/2015/09/27/porque-e-que-a-interseccionalidade-nao-pode-esperar-kimberle-crenshaw/>. Acesso em: 09 de março de 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. (2000). *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*. Nova York: Routledge.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. (2009). ‘Cousas futuras’: a previsão da cabocla do morro sobre o destino de gêmeos que começaram a brigar no ventre. In: Albuquerque, Wlamyra R. de. *O jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 11-19.
- DAVIS, Ângela. (1981). *Mulheres, Raça e Classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ECKERT, Penelope. (2000). *Linguistic Variation as social practice*. Oxford: Blackwell.
- ECKERT, Penelope. (2005). Variation, convention and social meaning. Paper Presented at the *Annual Meeting of the Linguistic Society of America*, Oakland.
- ECKERT, Penelope. (2006). Communities of Practice, In: Brown, K.; Anderson, A. H. (Eds.). *Encyclopedia of Language and Linguistics*. Elsevier: Oxford, v. 2, p. 683-685.
- ECKERT, Penelope. (2012). Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistics variation. *Annual review of Anthropology*, n. 41, p. 87-100.
- ECKERT, Penelope; McCONNELL-GINET, Sally. (2009). Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder, In: Ostermann, Ana Cristina.; Fontana, Beatriz. *Linguagem, gênero e sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, p. 93-107.
- FANON, Frantz. (1961). *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1968.
- FOUCAULT, Michel. (1978). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- FIELDS, Barbara. (2001). Whiteness, Racism, and Identity. *International Labor and Working-Class History*, n. 60, p. 48-56.
- FERREIRA, Aparecida de Jesus. (2008). Limites, desafios e possibilidades para aplicação de estratégias antirracistas e da Lei Federal nº 10.639/2003. In: Ferreira, A. J. (Org.). PEAB - Projeto de estudos afro-brasileiros: contexto, pesquisas e relatos de experiências. Cascavel, PR: Unioeste, p. 47-60.
- FERREIRA, Aparecida de Jesus. (2012). *Identidades sociais de raça, etnia, gênero e sexualidade: práticas pedagógicas em sala de aula de línguas e formação de professores/as*. Campinas, São Paulo: Pontes.
- FERREIRA, Aparecida de Jesus. (2014). Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. *Revista ABPN*, v. 6, n. 14, p. 236-263.

- GABELETTI, Ana Luíza.; SOUZA-NETO, Maurício J. (orgs.). *Materiais didáticos* [livro eletrônico]: em línguas com foco na diversidade étnico-racial. Brasília, DF: Vila Brasil, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. (1979a). Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. *Annual Meeting of the Latin American Studies Association*, Pittsburgh, 5-7 abr.
- GONZALEZ, Lélia. (1979b). O papel da mulher negra na sociedade brasileira. *Spring Symposium the Political Economy of the Black World*, Los Angeles, 10-12 mai. (Mimeo.).
- GONZALEZ, Lélia. (1979c). Racism and its effects in Brazilian society. *Women's conference of human rights and mission*, Veneza, 24-30 jun. (Mimeo.).
- GONZALEZ, Lélia. (1983). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, p. 223-244.
- GONZALEZ, Lélia. (1985). A democracia racial: uma militância. *Arte & Ensaios*, n. 38, p. 223-225, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92-93, p. 69-82.
- GELEDES. (2017). *Sojourner Truth*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acessado em 27 de maio de 2019.
- GOULD, Stephen Jay. (1991). *A falsa medida do homem*. Tradução de Válder Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. (1955). Patologia social do branco brasileiro. *Jornal do Comércio*.
- HALL, Stuart. (2003). *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Tradução de Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Claudia Alvares, Francisco Rudiger, Sayonara Amaral. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil.
- HOOKS, bell. (2008). Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. *Estudos Feministas*, v.16, n. 3, p. 857-864.
- KUBOTA, Ryuko. (2002). The impact of globalization on language teaching in Japan. In: Blcok, David; Cameron, Deborah (Eds.). *Globalization and language teaching*. London: Routledge, p. 13-28.
- KUBOTA, Ryuko. (2014). Race and language learning in multicultural Canada: towards critical antiracism. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, v. 36, n. 1, p. 3-12.
- LABOV, William. (1966). *The Social Stratification of English in New York City*. Washington DC: Center for Applied Linguistics.
- LABOV, William. (1972). *Language in the Inner City: Studies in Black English Vernacular*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- LADSON-BILLINGS, Gloria.; TATE, William F. Towards a critical race theory of education. *Teachers College Record*, v. 97, n. 1, p. 47-67, 1995.
- MBEMBE, Achille. (2013). *A crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.
- MELO, Glenda Cristina Valim de; PAULA, Luciane de. Apresentação. (2019). Dossiê Discursos de Gênero, Sexualidade e Raça. *Cadernos Discursivos*, v. 1 n 1, p. 1-7.
- MODESTO, Rogério Luid. (2018a). 'Você matou meu filho' e outros gritos: um estudo das formas da denúncia. 2018. Tese de Doutorado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade do Estado de Campinas, Campinas.
- MODESTO, Rogério Luid. (2018b). Interpelação ideológica e tensão racial: efeitos de um grito. *Littera Online*, v. 9, p. 124-145.
- MODESTO, Rogério Luid; FONTANA, Larissa S. (2020). 'Terreiro' e 'macumba': tensões de raça e classe nas ordens das significações. *Porto das Letras*, v. 6, p. 219-244.

- MUNIZ, Kassandra da Silva. (2009). *Linguagem e identificação: uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil*. Tese de Doutorado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade do Estado de Campinas, Campinas.
- NASCIMENTO, Abdias do. (1977). *Democracia racial: mito ou realidade?*
- NASCIMENTO, Gabriel. (2019). Etnicidade e raça em atividades de língua inglesa em uma universidade na Bahia. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 49, n. 173, p. 208-224.
- NASCIMENTO, Gabriel. (2020). *Racismo Linguístico*. Os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2020.
- NOGUEIRA, Oracy. (2007). *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil*. *Tempo Social*, v.19, p. 287-308.
- OLENDER, Maurice. (2012). *As línguas do Paraíso*. Arianos e semitas: um casamento providencial. Tradução de Bruno Feitler. São Paulo, Phoebus.
- ORLANDI, Eni de Lourdes P. (1988). *Discurso e leitura*. São Paulo, Cortez.
- OYÈWÚMI, Oyèronké. (2000). Family bonds/Conceptual Binds: African notes on Feminist Epistemologies. *Signs*, v. 25, n. 4, p. 1093-1098.
- PETIT, Sandra Haydée. (2015). *Pretagogia: pertencimento, corpo-dança afroancestral e tradição oral africana na formação de professoras e professores*. Contribuições do legado africano para a implementação da Lei nº 10.639/03. Fortaleza: UECE.
- POPPER, Karl. (2004). *Lógica das ciências sociais*. Tradução de Estevão de Rezende Martins, Ápio Cláudio Muniz Acquarone Filho, Vilma de Oliveira Moraes e Silva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- RENAN, Ernest. (1859). Nouvelles considérations sur le caractère général des peuples sémitiques et en particulier sur leur tendance au monothéisme. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, p. 67-100.
- ROTH-GORDON, Jeniffer. (2007). Racing and erasing the *playboy*: slang, transnacional, youth subculture and racial discourse in Brazil. *Journal of Linguistic Anthropology*, v. 17, p. 246-265.
- SACRAMENTO, Arivaldo. (2020). *Minicurso de Filologia e Linguística: a vertigem racial e as questões de língua no XIX*. UEFS.
- SMITHERMAN, Gevena. (1996). *African-American English: From The Hood to the Amen Corner*. Minnesota: Center for Interdisciplinary Studies of Writing.
- SANTOS, Boaventura Sousa. (1995). *Pela Mão de Alice*. São Paulo: Cortez Editora.
- SILVA, Geranilce Costa. (2013). *Pretagogia: construindo um referencial teórico-metodológico, de base africana, para a formação de professores/as*. Tese de Doutorado em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- SOUZA, Neusa Santos. (1983). *Tornar-se negro: vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- SOUZA, Ana Lúcia S. (2009). *Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento hip hop*. Tese de Doutorado em Linguística Aplicada. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade do Estado de Campinas, Campinas.
- SOUZA, Ana Lúcia S. (2011). *Letramentos de reexistência*. Poesia, grafite, música, dança: hip hop. São Paulo: Parábola.
- SOUZA, Ana Lúcia S.; MUNIZ, Kassandra da S. (2017). Descolonialidade, performance e diáspora africana no interior do Brasil: sobre transições identitárias e capilares entre estudantes da Unilab. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, n. 18, v. 2, p. 80-101.

SOUZA-NETO, Maurício J. *Navegando nos mares da proficiência em português como língua não materna*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

RIBEIRO, Djamila. (2017). *O que é lugar de fala?* Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Editora Letramento.

TANNEN, Deborah. (1982). Ethnic Style in Male-Female Conversation. In: Gumperz, John. J. (org.). *Language and Social Identity*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 217-231.

Recebido: 18/10/2020

Aceito: 29/3/2021

Publicado: 13/8/2021